



Publicado originalmente em: Cedido gentilmente pelo autor e publicado originalmente em:
www.ippur.ufrj.br/observatorio.

A Reprodução do Espaço Urbano de Goiânia: uma cidade para o capital*

*Adão Francisco de Oliveira***

1. Introdução

A cidade de Goiânia surgiu a partir de uma demanda de ordem política e econômica, tendo se inserido num movimento que, no âmbito regional, buscava articular as regiões produtivas do Estado, principalmente as regiões sul e sudoeste e, no âmbito nacional, buscava adequar o país a um novo ritmo de produção capitalista. Sendo assim, a cidade já surgiu com o seu espaço tomado pela lógica do valor de troca, uma vez que o significado do movimento que a estimulou engendrava esse elemento em sua essência. Não obstante, esta cidade logo assumiria a forma da desigualdade na sua ocupação sócio-espacial, reflexo da desigualdade característica da divisão do trabalho. Por isso, entendo que o planejamento de uma cidade que visa erguer num determinado território fundamentalmente as dinâmicas do mercado consiste mesmo num *planejamento excludente*, elemento que condiciona o “fenômeno urbano”.

Para Lefebvre, o essencial para o entendimento do “fenômeno urbano” é a leitura da cidade a partir de sua centralidade. Nesta, toda a diversidade de coisas, objetos, pessoas, mercadorias, formas, imagens, símbolos etc. se produz e se encontra, causando o típico espetáculo do urbano. Por isso pode-se, por ela, evidenciar-se a função (política e administrativa, comercial, produtiva e/ou de serviços), a estrutura (morfológica e sociológica) e a forma (disposição espacial) urbanas. Segundo o autor,

A centralidade não é indiferente ao que ela reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo. E, no entanto, não importa qual seja esse conteúdo. Amontoamento de objetos e de produtos nos entrepostos, montes de frutas nas praças de mercado,

* Este texto é uma revisão de parte do segundo capítulo da dissertação de mestrado intitulada “Do ‘Pântano’ ao Jardim, uma Nova Esperança: a produção social do espaço em Goiânia”, defendida em maio 2002 no Mestrado em Sociologia da UFG.

** Graduado em História e mestre em Sociologia pela UFG. Professor de Políticas Públicas e de Planejamento Municipal na UEG. Professor adjunto na área de Sociologia da Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns. Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento de Goiânia na gestão 2001-2004. Pesquisador do Observatório Metrôpoles e do GEPUR-CO – Grupo de Estudos e Pesquisas Urbanas e Regionais do Centro-Oeste. E-mail: adaofrancisco@yahoo.com.br



multidões, pessoas caminhando, pilhas de objetos variados, justapostos, superpostos, acumulados, eis o que constitui o urbano. (Lefebvre, 1999b: 110).

A centralidade permite a assimilação da realidade urbana porque nela verifica-se a reunião de tudo em função das necessidades humanas de produção das condições materiais de sobrevivência, da reprodução do lazer e do consumo e de ocupação do espaço, sob situações determinadas. Sendo possível através do trabalho, este processo constrói-se sobre uma base de relações sociais em que uma parcela da sociedade determinará o curso das relações de produção, em função da propriedade que exerce sobre os bens de produção. A apropriação privada dos bens sociais materiais é utilizada, nas relações sociais de produção capitalista, para gerar a acumulação de capital. O mercado é o fundamento do ciclo (produção, circulação, consumo) que articula os recursos para o cumprimento dos objetivos capitalistas: a reprodução do capital; a acumulação de riquezas; o lucro. Assim, nas relações de mercado o produto surgido desse processo de produção só realiza sua função enquanto mercadoria.

Naturalmente, isto se torna possível somente através da disposição do trabalho humano. Este é imprescindível, por consistir numa práxis criadora, não sendo, portanto, passível de substituição pela força motora animal e nem mesmo mecânica. Porém, como nessa relação de produção tudo é reduzido a um valor – transforma-se em mercadoria –, o trabalho humano também é exercido como mercadoria, sendo efetuado a partir da disposição de um valor, que coincide com o salário. Enquanto mercadoria (que, como qualquer outra, pode e deve ser negociada, barganhada, desdenhada) a mão-de-obra se *coisifica*, levando a que o trabalhador desumanize-se num gradativo processo de alienação. Uma vez que o salário se forma como valor próprio da mercadoria mão-de-obra, ele não participa do lucro capitalista, pelo contrário, ele é fundamento para o lucro, haja vista que a intensificação da exploração da mão-de-obra (*mais-valia*) faz aumentar o lucro, por gerar mais produto-mercadoria que repetirá o ciclo. Com essas características o salário permite apenas a reposição cotidiana das forças humanas, para que o trabalho continue exercendo sua função. Assim, o exercício da propriedade privada determina a existência de seu oposto: a expropriação, alienação, desumanização.

Neste sentido, os contrários se encontram num sistema de produção que se desenvolve diretamente na cidade. Aí (na cidade), os encontros – de diferentes e de idênticos – geram a centralidade,



aproximando os elementos da produção uns dos outros. Ela reúne todos os mercados (... o mercado dos produtos da agricultura e da indústria – os mercados locais, regionais, nacionais, mundiais – o mercado dos capitais, o do trabalho, o do próprio solo, o dos signos e símbolos). A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela *centraliza* as criações. E no entanto ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem *relações*. (*id.*, *ibid.*: 110-111).

Essas diferenças reveladas pela cidade constituem-se na essência das relações sociais. A estruturação dessa diferença se dá quando a cidade gera um *sistema* de significações e de sentido, que reúne e segrega de acordo com as identidades. Neste sentido, a base desses valores é *significante* e *significado*, formando um conceito geral da cidade e para a cidade. A construção desse conceito é “dirigida” pelos grupos que organizam a política, controlam a produção, viabilizam o comércio, orientam o espaço público da cidade. Sendo assim, esse sistema não pode ser único, porque ele não congrega (e não o pode) todas as experiências, sensações e leituras sobre a vida urbana. Dentro desse sistema surgem, segundo Lefebvre, sistemas secundários, sendo que “*a cidade se manifesta como um grupo de grupos*” (Lefebvre, 1991: 60).

Para Lefebvre, a identidade urbana, codificada pelo sistema geral, forma uma *isotopia*, ou seja, um campo de identidades, que coincide com o próprio sistema de produção. Nela todos se orientam para o trabalho, para o lazer, para a ocupação do espaço. Entretanto, como esse sistema é contraditório, essa identidade, essa isotopia, produz a própria exclusão, ou melhor, a diferença, compreendida como *heterotopia*, o lugar de fora, do outro. É na heterotopia que se formam os sistemas secundários, permitindo-nos enxergar as desigualdades da estrutura social pela formação de subprodutos de poder, signos, códigos e símbolos; de hierarquia. Mas até mesmo muito mais do que isso: na constituição de um movimento social.

Esta situação projeta-se sobre o processo de (re)produção do espaço urbano, manifestando toda a dimensão das contradições sociais formuladas nas relações de produção. O espaço é ocupado, definido e redefinido de forma desigual “*a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver*” (Carlos, 1994: 45). Uma vez que a vida na cidade é orientada por um processo de produção que completa-se com as relações de mercado, sustentado na prática do consumo, “ocupar” um lugar no espaço urbano (considerando-se que, certamente como tudo, esse lugar já possui um sentido e significado), consiste em participar de um modo de consumo. Por trás de todos os sentidos e significados,



dos signos e símbolos, da política e da religião, da construção de um palácio e de um casebre, está o fator consumo. Na cidade consome-se de tudo: mão-de-obra, alimentos, ícones, idéias, espaço. Por isso ela afirma-se como “um lugar de consumo, e um consumo de lugar”. Carlos traduziu isto afirmando que “*o mundo dos homens é cada vez mais o mundo da mercadoria e do que é possível comprar*” (*id., ibid.*: 19). Ao analisar o processo de formação do espaço, esta autora entendeu que

O processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados. Portanto, a cidade aparece como produto apropriado diferentemente pelos cidadãos. Essa apropriação se refere às formas mais amplas da vida na cidade; e nesse contexto se coloca a cidade como o palco privilegiado das lutas de classe, pois o motor do processo é determinado pelo conflito decorrente das contradições inerentes às diferentes necessidades e pontos de vista de uma sociedade de classes. (*id., ibid.*: 23).

A disposição espacial das pessoas na cidade obedece à determinação de classes, de forma que os lugares ordenam-se representando em forma e conteúdo a situação sócio-econômica dos grupos que os ocupam. Este fator completa a gama de situações que podem resultar em conflitos sociais na i) produção material: desigualdades no trabalho, conflito entre capital e trabalho, mais-valia; ii) formulação intelectual-ideológica: diferenças político-partidárias, fundamentalismo religioso etc.; iii) ocupação espacial desigual: expressão de marginalidade, confinamento, destituição de infra-estrutura e serviços públicos. Com base nesta análise, percebe-se que os conflitos sociais que resultam desse último ponto não representam apenas uma luta por “consumo coletivo”; mais do que isso, são o próprio reflexo de todo o processo de produção humana (mental, intelectual, material). Através dos conflitos sociais, a cidade revela a sua dimensão *paradigmática*, ao explicitar todas as oposições e diferenças.

Ao ocupar parcelas desiguais do espaço urbano as pessoas (re)produzem o lugar coletivo, a partir da finalidade do uso, das relações sociais que estabelecem, dos recursos econômicos de que dispõem, dos projetos políticos que mobilizam e das condições naturais do espaço. É por esse curso que

A produção espacial realiza-se no cotidiano das pessoas e aparece como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar num momento específico. Do ponto de vista do produtor de mercadorias, a cidade materializa-se enquanto condição geral da



produção (...) e nesse sentido é o *locus* da produção (...) Do ponto de vista do morador, enquanto consumidor, a cidade é um meio de consumo coletivo (bens e serviços) para a reprodução da vida dos homens. É o *locus* da habitação e tudo o que o habitar implica na sociedade atual: escolas, assistência médica, transporte, água, luz, esgoto, telefone, atividades culturais e lazer, ócio, compras, etc. (*id., ibid.*: 46).

É, pois, na utilização social do espaço que ele vai se formando, se configurando, e conseqüentemente, expondo as riquezas, o poder, a hierarquização, bem como as carências e necessidades. Porém, mesmo sendo o centro o lugar do encontro das diferenças, essa exposição tende a assentar-se de forma localizada, espacializada: riquezas no centro (ou nos centros¹) e carências na periferia. Como na cidade atual centro e periferia se misturam,

O uso do solo será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflito entre indivíduos e usos. Esses conflitos serão orientados pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida. Portanto, a localização de uma atividade só poderá ser entendida no contexto do espaço urbano como um todo, na articulação da situação relativa dos lugares. (*id., ibid.*: 46-47).

A cidade é articulada em suas diferenças, que ao integrarem-se, revelam sua dimensão *sintagmática*, ou seja, de ligação de elementos (contraditórios) que não se excluem, o que engrena seu movimento dialético. Assim, o conflito que decorre do processo de ocupação desigual do espaço urbano caracteriza-se por duas realidades: 1) defesa dos privilégios; e 2) socialização dos benefícios.

2. Do planejado ao aleatório: a afirmação capitalista

O Estado exerceu um papel preponderante na formação original do espaço goianiense. A intervenção estatal foi fundamental para se cumprir com os propósitos instituídos na política da Marcha para o Oeste. Como uma das características específicas dos grupos capitalistas brasileiros era permitir ao Estado a “paternidade” das iniciativas econômicas, a conquista de

¹ A tendência atual de espacialização das cidades rompe com a dualidade *centro e periferia*, inserindo no contexto urbano vários centros, reproduzidos nos vários bairros de uma cidade.



novos espaços para atendimento das demandas capitalistas, com base na montagem de “frentes pioneiras”, foi uma exclusividade do Estado. O planejamento, a organização, a disposição de recursos e as construções foram exercidos pelo Estado, que dispôs de serviços de empresas particulares atuando sob seu controle. E por ser uma iniciativa construída no bojo da Marcha para o Oeste, Goiânia não podia fugir dessa perspectiva, qual seja: a da produção social de um espaço dirigida pelo Estado.

Contudo, essa lógica de ação do Estado (sociedade política nas dimensões federal, regional-estadual e municipal) foi característica de um momento específico na história do “desenvolvimentismo” do Brasil, tendo prevalecido principalmente nas cidades planejadas. No caso de Goiânia, esta diretriz de política econômica já não era mais viável no período subsequente a 1950 (Borges, 2000). Conseqüentemente, uma vez que os interesses que orientavam a formação de seu espaço urbano (com base nas relações sociais de produção local e regional) *subordinavam-se* – apesar de garantirem, pela sua especificidade no sistema geral de produção, uma autonomia relativa – ao projeto político de desenvolvimento nacional, as mudanças ocorridas neste nível afetavam os cursos do desenvolvimento da cidade, o que surtiria efeitos substanciais no processo de definição social de seu espaço. Por isso, a cada alteração desse sistema houve uma correspondente mudança no padrão de desenvolvimento de Goiânia.

Na literatura que versa sobre a produção do espaço de Goiânia², uma das principais preocupações é entender o significado das variações de forma e função da cidade a partir do estabelecimento metodológico de aproximações temporais, definindo assim períodos analíticos. Neste sentido, torna-se importante compreender as fases de formação do espaço urbano de Goiânia, situando a sua dinâmica histórica.

2.1. Fases da formação do espaço urbano de Goiânia

² É possível dizer que existem três tendências analíticas na literatura sobre Goiânia: a primeira é uma abordagem histórico-historiográfica que teve como principal preocupação analisar o significado do projeto de transferência e construção da capital, da qual fazem parte Palacin (1976), Campos (1980) e Chaul (1988); a segunda é uma abordagem sociológica e geográfica e se ocupou de estudar principalmente o processo de urbanização da cidade e seus impactos sócio-ambientais, sendo seus expoentes Chaves (1985), Campos e Bernardes (1991), Bernardes (1998), Lopes (1999) e Moysés (1996 e 2001); e a terceira é uma abordagem da Arquitetura e Urbanismo que se voltou, geralmente, para a *situação* do traçado da cidade planejada e aleatória, na qual se encontram Gonçalves (1984), Pastore (1984) e Moraes (1991).



Pastore (1984), analisando o parcelamento do solo em Goiânia – com base na perspectiva da economia política marxista, da qual utilizou a teoria da renda fundiária – entendeu que foram três as etapas da formação de seu espaço urbano. A primeira é compreendida entre a construção da cidade e o período final do Estado Novo, em que a *“propriedade da área urbana era do Estado, que detinha o monopólio do parcelamento e a mercantilização da terra”* (*id., ibid.*: 94). Nesse período, o Estado exercia um rígido controle social para a obediência do plano piloto, resguardando assim a racionalidade do planejamento. Segundo o autor, os preços dos lotes eram acessíveis às camadas populares, sendo que alguns eram até mesmo doados pelo poder público ao assentamento de funcionários da nova capital.

O segundo período estendeu-se de 1947, quando foi aprovado um novo código de edificações para a cidade, até 1968, quando nela começaram a surgir os conjuntos habitacionais³. Mas o autor salienta que o ponto distintivo da nova lei vingou efetivamente a partir de 1950, quando dela suprimiu-se a obrigatoriedade da montagem de infra-estrutura nos loteamentos e passou-se a permitir o parcelamento privado. Para o autor,

As características principais deste período se estabelecem então em função dos interesses articulados em torno de uma nova composição política que assume o poder com as eleições de 1946. O parcelamento não obedecerá mais a um plano definido para o conjunto da cidade, esta se desestrutura e desaparece a perspectiva do plano delimitado e do surgimento de ‘cidades satélites’. Os padrões de parcelamento passam agora a obedecer a outros critérios estabelecidos pela apropriação privada da renda fundiária pelos proprietários de terras (*id., ibid.*: 95).

Pastore ressaltou que esse período se caracterizou pela privatização do parcelamento do solo em Goiânia a partir de uma composição sócio-política, em que se reuniram agentes sociais proprietários de terras e do capital imobiliário. Esses agentes, interessados na acumulação de capital que se poderia extrair com a renda da terra, uma vez que passaram a influenciar diretamente as ações do Estado, criaram mecanismos legais para o uso de “classe” da terra, ou seja, para submeter o uso social da terra aos seus interesses de classe. A partir desse fato, aconteceu uma diferenciação social no parcelamento do solo em Goiânia:

Há durante esse período uma diferenciação nos padrões de parcelamento. De um lado surgem os loteamentos visando um mercado de maior renda, de outro, aqueles

³ Financiados pelo BNH e pela COHAB.



destinados às populações de renda média e baixa. Os primeiros apresentando lotes maiores, mais bem situados em relação ao centro da cidade, cortados de avenidas largas com amplos espaços de praças e áreas de uso institucional e, para os demais loteamentos podem ser observados: a redução da área dos lotes, situação desfavorável seja pela distância, seja pelas barreiras de acesso, representadas pela ferrovia ou o Rio Meia Ponte, poucas áreas de praças públicas e de uso institucional, e, mesmo o seu desenho se diferenciará apresentando vias de largura média em formato de malha simples enquanto os primeiros apresentavam ainda influências do projeto de Atilio Correa Lima (*id., ibid.*: 95).

O que o autor busca destacar é o caráter segregacional implícito na nova forma de parcelamento do solo na cidade. Tal segregação deu-se não só pela condição de confinamento dos grupos sociais de baixa renda em loteamentos distantes do centro da cidade, que contavam com um precário serviço de transporte urbano e com dificuldades naturais de acesso pela falta da malha asfáltica. Figuravam também no rol de elementos geradores da segregação a escassez dos aparelhos públicos e o uso social limitado pela diminuição dos traçados (das ruas, dos lotes) contida numa nova expressão do desenho urbanístico.

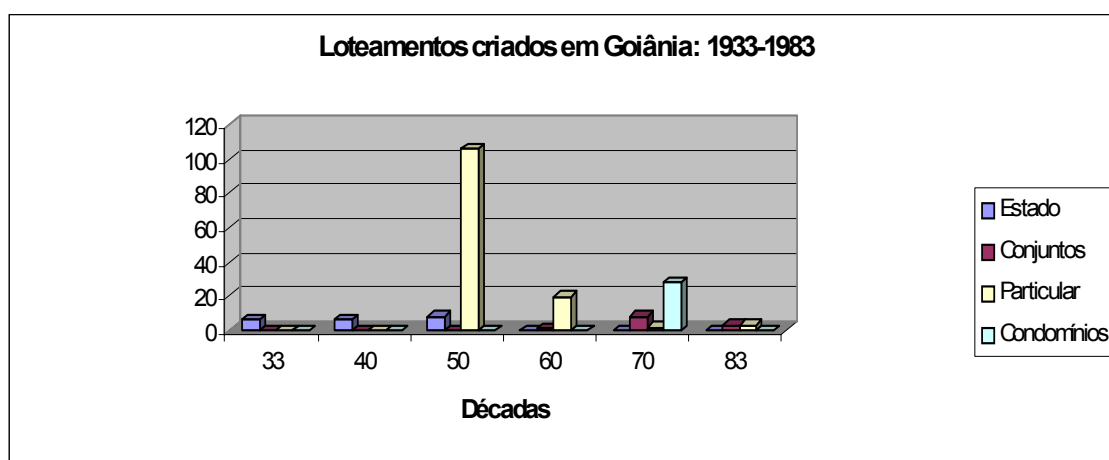
Um outro elemento importante (para a acumulação capitalista de classe e para a consideração sociológica) destacado por Pastore que foi resultante dessa lógica do parcelamento do solo foi a criação de uma “reserva” de lotes nos loteamentos, que deveriam ser comercializados posteriormente, enquanto se aguardava valorização baseada na extensão de infra-estrutura e serviços públicos. Isto permite entender que a atividade imobiliária se realizava de modo sistemático, sendo que no seu raciocínio empreendedor se planejava a extração de lucro por fases nos loteamentos, fazendo predominar nesses espaços os seus interesses por um longo período de tempo.

O surgimento do terceiro período coincidiu com o início da década de 1970 e foi marcado pelo

fortalecimento da indústria da construção civil em decorrência da criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e da aprovação da lei 4.524 de 31 de dezembro de 1971, estabelecendo novamente a obrigatoriedade dos serviços de infra-estrutura básica para os loteamentos (...) A partir deste momento será o lucro (da produção) na indústria da construção civil que estabelecerá os padrões de recorte do solo. A influência dos proprietários de terra se manifestará apenas na localização para o caso dos conjuntos de COHAB através das ligações políticas (*id., ibid.*: 96).

Segundo esta exposição, o terceiro período marcou a lógica do parcelamento do solo em Goiânia com base no imperativo das macro-políticas do regime militar que, baseando-se no planejamento administrativo, buscou acelerar o desenvolvimento do país a partir da ação estatal nas áreas econômica e social (dentre outras) e no *“financiamento facilitado para implantação / modernização de empresas privadas ou para importação de tecnologias...”* (Guimarães Neto, 2000: 224). Isto reforçou uma tendência de intensificação da concentração por parte dos grupos de maior capital, tendo significado para a iniciativa do parcelamento do solo urbano de Goiânia uma alteração no padrão de acumulação: os grupos privilegiados nesta atividade nesse período foram os do capital financeiro e da indústria da construção civil, em detrimento dos proprietários fundiários e das imobiliárias – o que não significou o fim da acumulação baseada nas atividades destes dois grupos. De acordo com a análise e os dados apresentados por Pastore, é possível representar a atividade do parcelamento do solo em Goiânia no tempo pelo seguinte gráfico:

IMAGEM 5



Fonte: Pastore, 1984. P. 94-108.

Pastore considera quatro agentes no parcelamento do solo de Goiânia: o Estado, os proprietários de terras (particular), a COHAB (Companhia Habitacional, responsável pelas construções dos conjuntos habitacionais) e a indústria da construção civil (promotora dos condomínios). Da fundação da cidade até 1950, o Estado monopolizou a atividade, preservando a estrutura do Plano Piloto, com seus seis bairros. Durante a década de 1950 o

Estado criou mais 8 bairros, tendo porém consentido a criação de outros 106 por parte dos agentes imobiliários. Na década de 1960 foram criados mais 20 loteamentos particulares e o primeiro conjunto habitacional. Já na década de 1970 prevaleceu a fundação de condomínios verticais, num total de 28, a aprovação de 8 conjuntos habitacionais e 2 loteamentos particulares. Entre 1980 e 1983 foram 3 loteamentos e 3 conjuntos habitacionais.

Nesta perspectiva, o sentido do aumento de loteamentos em Goiânia foi a formação de espaços segregados, haja vista a ausência de infra-estrutura urbana, a carência de seus moradores e a distância e dificuldades de acesso ao centro da cidade. Tudo isto se deu, segundo o autor, em detrimento da acumulação de capital por parte de frações da classe de grandes proprietários.

Para compreender o processo de formação do espaço urbano de Goiânia, Chaves (1985) sinaliza dois períodos decorridos entre os anos de 1933 e 1984, que tiveram o sentido de contribuir para a acumulação de capital: o primeiro, entre 1933 e 1950, ela denominou de “o Estado na construção do espaço”; e o segundo, a partir de 1950, ela denominou de “privatização do espaço e conflitos urbanos”. Apesar de o referencial teórico para a elaboração de sua obra encontrar-se implícito, percebe-se um esforço em articular as dimensões macro e micro em sua análise, que foi operada com a teoria do controle social – inscrita na economia política marxista, com a análise da cultura política (Kowarick, 1979; Evers, 1982; Scherer-Warren, 1984) e com a análise institucional (Cardoso, 1977; Doimo, 1984). A intenção da autora era de demonstrar – utilizando como recurso metodológico a etnografia – a transformação cultural dos moradores de uma invasão em Goiânia em função da participação na construção do lugar de elementos da Igreja Católica ligados à “Teologia da Libertação”.

Chaves entendeu que a atração de mão-de-obra para a construção de Goiânia e a sua disposição espacial “controlada” pelo Estado se justificavam pelas necessidades capitalistas futuras. Preocupada em demonstrar o papel do Estado no processo de ocupação do solo dessa cidade, particularmente na sua relação com as chamadas “invasões” (favelas), a autora revela o perfil de repressor / controlador do Estado, fundamentado nas ações de destruição de favelas e de realocação da população para lugares de seu “fácil controle”. Segundo a autora,

Estas atitudes do Estado em relação às invasões mostram que, no momento em que os acampamentos / invasões começaram a colocar em risco a organização do espaço nos moldes propostos e determinados por ele [o Estado], sobrevém a intervenção regulamentadora. Ao fazê-lo ele regulariza a materialização da sociedade no espaço e se

ela está dividida em classes, o espaço vai expressar essa mesma divisão. E mais, ao regularizar a divisão do espaço o Estado assume o papel de ‘protetor’, contraditório com o papel de ‘repressor’ que desvenda quando desmantela as invasões. Essas duas faces do Estado respondem à mesma lógica que é a de criar as condições necessárias para viabilizar o processo de acumulação do capital (*id., ibid.*: 37-38).

Em linhas gerais, a autora entende que o primeiro período foi marcado pela ação do Estado na construção de infra-estrutura básica para a *“implantação e expansão do capital e nas medidas necessárias à expansão da força de trabalho e do processo de assalariamento”* (*id., ibid.*: 40). Além de o Estado criar as condições políticas para a execução do projeto de construção da capital e de dirigir o seu planejamento, ele atraiu também, segundo a autora, a mão-de-obra necessária para a utilização na indústria capitalista, centrada na construção civil⁴. Neste sentido, a atuação do Estado na formação do espaço urbano de Goiânia foi mais marcante do que em outras cidades não planejadas,

de um lado porque ao substituir os proprietários de terra no mercado imobiliário, em um primeiro período, criava a imagem de um Estado administrando acima dos interesses de classe, obscurecendo o fato de que essa atuação criava condições objetivas para que esses interesses pudessem ser concretizados. De outro lado, porque ao implantar infra-estrutura a equipamentos coletivos, acessíveis à população que se instalaria nos espaços planejados da cidade criava também a expectativa, através do discurso igualitário, do acesso de todos a essa infra-estrutura e a esse equipamento, desqualificando a existência de interesses conflitivos no cenário urbano (*id., ibid.*: 39).

No segundo período considerado pela autora, iniciado a partir de 1950, duas fases se articulam. A primeira marca o momento em que os “interesses privados” entenderam estar amadurecidos suficientemente para abrirem e conduzirem o mercado imobiliário. Assim, procederam à criação de condições (políticas) para a alteração do aparato jurídico que regulamentava a cidade. Nesse movimento destacou-se a figura do governador Jerônimo Coimbra Bueno, *“legítimo representante dos interesses imobiliários”* que *“sanciona a lei n. 176, oriunda da Assembléia Legislativa, que revoga as seções 5 e 6 do Código de Edificações – exatamente as disposições que*

⁴ Nesse ponto há uma evidente distinção entre Chaves e Pastore. Este autor diferencia com maior precisão os agentes que atuaram no parcelamento do solo de Goiânia, apontando que a indústria da construção civil só participaria ativamente deste processo a partir da década de 1970, favorecida pela política econômica da ditadura militar.



exigiam a implantação de infra-estrutura” (id., ibid.: 41). Esse governador era co-proprietário da empresa de consultoria Coimbra Bueno & Cia., que prestou serviços de urbanismo para o Estado na década de 1930 e ocupou o cargo de Secretário de Planejamento Urbano de Goiânia, sendo também proprietário de glebas de terras no município. A sua eleição coroou a nova fase na formação do espaço da cidade, marcada pelo intenso retalhamento do solo, como vimos no último gráfico, e marcando a ascensão política e a afirmação econômica dos proprietários fundiários e da burocracia estatal. Segundo Chaves, uma vez que esses grupos se constituíram como empresários capitalistas, seu comportamento político mudou, levando-os a se articularem no interior da sociedade civil criando entidades de representação e se projetando na política institucional.

Esta primeira fase do segundo período iniciou-se em 1950 e estendeu-se até 1964, momento em que emerge uma nova estrutura de poder em nível nacional e que encerra em Goiânia o “caos” da proliferação de loteamentos, através da elaboração de um novo plano diretor. A partir de ações planejadas, o Estado concentrou recursos políticos para efetivar a *“consolidação do setor industrial e o avanço do capitalismo monopolista, que requeria uma reordenação do espaço urbano de forma a possibilitar uma nova investida capitalista sobre este espaço” (id., ibid.: 55).*

A segunda fase marca a inserção do setor financeiro nas atividades de construção do espaço urbano. Nessa fase, que compreende os anos de 1964 a 1975, houve uma centralização do poder pelo governo federal, que dominou os recursos públicos, as políticas macroeconômicas e a política urbana, submetendo os poderes estaduais e municipais a suas diretrizes. Um primeiro elemento a se considerar nesse período foi a urbanização centroestina incentivada pelo

avanço intenso do capital sobre o campo, provocando dois movimentos simultâneos e complementares: primeiro, a brutal concentração da propriedade fundiária e segundo, a expropriação maciça dos posseiros, parceiros e agregados, pela subordinação da pequena agricultura ao capital monopolista, tanto pela necessidade de agregar continuamente insumos à produção agrícola como em decorrência de sua integração em mercados oligopsônicos (*id., ibid.: 56*).

Isto reforçou o contingente populacional de Goiânia, pois muitos trabalhadores rurais em processo de retirada procuraram, dentro de um quadro limitado de escolhas, o centro urbano mais dinâmico do Centro-Oeste para construir uma alternativa de sobrevivência.



Uma vez que na capital goiana a atividade de parcelamento encontrava-se agora dominada pela lógica do capital financeiro, a utilização do solo passou a se dar de forma verticalizada, com a construção de condomínios, e pela comercialização da casa pronta, via conjuntos habitacionais, ambos garantidos pelo BNH (Banco Nacional da Habitação).

Esta forma de aquisição de moradia excluía uma significativa parcela da sociedade, destituída das condições de participação do consumo instituído pela lógica do capital financeiro. Com isso, parte dos retirantes / chegantes não encontrava outra alternativa que não fosse a habitação nas favelas, engrossando o cinturão de miséria que rompia a cercar a cidade, inaugurando uma nova fase no seu processo de urbanização calcado na problemática das invasões.

Moraes (1991) analisou o processo de formação do espaço urbano de Goiânia destacando a dinâmica de expansão da cidade no sentido centro-sul, identificando quatro fases histórico-sociais (entre os anos de 1933 e 1990) que foram tratadas teoricamente com base no “paradigma do conflito”. Após uma abordagem sistemática (apesar de sucinta) das teorias que explicam a formação do espaço urbano, o autor entendeu a formação da cidade como um embate entre diferentes forças sociais, o que converge, segundo ele, com a perspectiva de uma série de teorias marxistas e weberianas que encerram o “paradigma do conflito”. Neste sentido, a leitura que este autor fez articulou análises macro e micro históricas, considerando elementos de caráter valorativos-sociais e sócio-materiais no processo de formação do espaço urbano.

Para Moraes os agentes que participaram da produção do espaço urbano de Goiânia foram dois: o mercado imobiliário (empreendedor) e o Estado. O primeiro constitui-se de uma gama de setores da sociedade: proprietários de terras (a serem loteadas), projetistas, construtores, financiadores e incorporadores. De acordo com o contexto histórico (especialmente as conjunturas políticas e econômicas), esses grupos se mobilizaram, aliando-se ou confrontando-se (política e economicamente), para garantirem lucros através do mercado de terras em Goiânia. Na articulação de forças, esses grupos apoiaram e pressionaram o Estado (instituição política municipal e/ou estadual) fazendo valer seus interesses, enquanto que o Estado

tenta descortinar um cenário onde todos saem ganhando, capital e trabalho. No entanto a realidade evidencia o inverso, onde poucos ganham qualidade ambiental e a grande maioria convive com situações espaciais cada vez mais adversas; por este fato,



talvez, possamos explicar a constante ineficiência ou parcialidade na aplicação de seu plano, fato admitido por todos (*id., ibid.*: 11-12).

Como as decisões do Estado implicam instâncias de poder diferentes situadas no âmbito do município, do estado e da nação, o planejamento urbano – que no caso de Goiânia sempre existiu, segundo o autor – obedece a relações políticas de dependência / independência e de concorrência / divergência. Por isso Moraes considera que

não basta ter um plano, recursos e uma estrutura técnico-administrativa para implementá-lo. É preciso algum nível de articulação político-ideológica que o legitime frente à população seja ela local ou nacional (*id., ibid.*: 25).

Estas afirmações situam as contradições sociais bem como os conflitos que se estabelecem dentro do próprio Estado a fim de se definir a formação do espaço urbano. Neste caminho, um elemento se encontra desfavorecido, o consumidor do espaço urbano que, segundo o autor, se habilita a maiores ou menores investimentos na sua habitação, garantindo um valor a ser determinado pelas demandas sociais surgidas dos fluxos migratórios que potencializaram o crescimento da cidade. Porém, Moraes não destacou a importância desse sujeito no bojo do movimento contraditório de (re)definição da cidade. Ao considerar a predominância do mercado imobiliário e do Estado, o autor acabou fazendo uma análise estruturalista, dando razão de determinação dos fatos a esses dois sujeitos coletivos em detrimento da *cotidianidade* que revela vários outros sujeitos, individuais e coletivos, e amplia a concepção dialética na leitura e na ação da cidade.

A organização temporal da expansão imobiliária analisada por Moraes baseia-se em quatro períodos. O primeiro, comum aos demais autores já analisados, vai da fundação de Goiânia, em 1933, a 1950, que o autor denomina de “fase de criação do lugar”. Para ele, nesse período o espaço urbano de Goiânia foi “ocupado por uma função social” contida na intenção política de mantê-lo dentro das determinações do Plano Piloto da cidade. Paralelo a isto, “*o Estado utiliza a mudança da capital, a construção da cidade, como plataforma política de progresso, desenvolvimento, estratégia de afirmação do poder e criação de um centro de decisões*”(*id., ibid.*: 32).

O segundo período se estendeu de 1950 a 1964, sendo denominada pelo autor de “fase da ampliação do espaço”, marcada pela ação dos proprietários de terras no parcelamento *extensivo* de suas glebas, beneficiando-se do “*capital social investido na primeira fase e da convivência do*

Estado e da população” (*id., ibid.*: 32-33). Nesse período, segundo o autor, a acumulação de capital “prometida” na fase anterior se cumpriu.

A terceira fase compreende os anos de 1964 e 1975, que o autor chama de “fase da concentração de lugares no espaço”. Não só a centralização política pelo governo federal e o favorecimento do capital financeiro marcam esse período, como vimos com os outros autores, mas também a predominância de uma maior instrumentalização do planejamento da cidade.

O último período inicia-se em 1975 e foi chamado pelo autor de “expansão urbana”. Dominado por um contexto de transformação política e social nacional, esse período marcou a integração do aglomerado urbano de Goiânia pela realização dos projetos de transporte coletivo e pela inserção dos planos de lazer e de meio ambiente na pauta do planejamento.

Foi o período da ‘Esperança e Mudança’, das aberturas políticas, das eleições e das formações de favelas. Os empreendimentos imobiliários se voltam para as classes média e média-alta, com a construção de edifícios de apartamentos em áreas consolidadas, e os parcelamentos do solo nos municípios vizinhos para a classe de baixa renda. Estes loteamentos contavam com uma infra-estrutura mínima de energia, transporte subsidiado e equipamentos sociais precários. O estado adota um discurso ambíguo de defesa dos menos favorecidos, através de programas sociais, ao mesmo tempo que se articula com a produção imobiliária, seja através da figura do empreendedor e de seus agentes, seja através da figura dos empreiteiros das obras sociais e das infra-estruturas, principalmente. Em todas estas fases da criação do lugar, houve dispersão de espaços com concentração de lugares (*id., ibid.*: 33).

Moraes abordou de forma sistemática um período diferente e específico iniciado em 1975. Apesar de Chaves trabalhar uma fase de seu segundo período iniciada a partir desse mesmo ano, ela considerou apenas o aspecto próprio caracterizado pela formação das favelas, não dando o mesmo destaque que Moraes às particularidades sócio-históricas que se articularam na formação do período. O importante a ressaltar é que Moraes, ao entender o período como sendo o da expansão urbana, compreendeu a afirmação daquilo que denominamos como *problemática urbana*.

Um outro trabalho importante para este estudo é o de Souza (1995), que preocupou-se em analisar a dialética campo-cidade, tendo como objeto de estudo o fenômeno do êxodo rural e suas conseqüências no processo de urbanização de Goiânia. Nesta, tomou a região Noroeste como estudo de caso, por ser formada por bairros de “invasão” e de intervenção governamental



que abrigam grande parte dos retirantes que migraram da zona rural. A principal característica da região Noroeste de Goiânia é a grande pobreza que a domina, sendo, não obstante, a região mais pobre da cidade.

Para Souza, o fator determinante dessa realidade se assenta na improbidade de governantes e sua conivência com o processo de acumulação de riquezas, que em níveis nacional e estadual fortaleceu a estrutura do grande latifúndio e "*fez com que uma massa humana empobrecida fosse expulsa do campo para os grandes centros urbanos*" (*id., ibid.*: 5). Já em Goiânia, a mesma lógica de acumulação de capital aproximou Estado e proprietários fundiários que definiram a forma e a estrutura urbanas segregando e confinando os empobrecidos migrantes. A intenção do autor é, fundamentalmente, relacionar a realidade sócio-econômica do país à sua estrutura fundiária, apontando como conseqüência da afirmação dos interesses dos proprietários fundiários o mapa da carência brasileira e seu impacto sócio-ambiental sobre a realidade urbana.

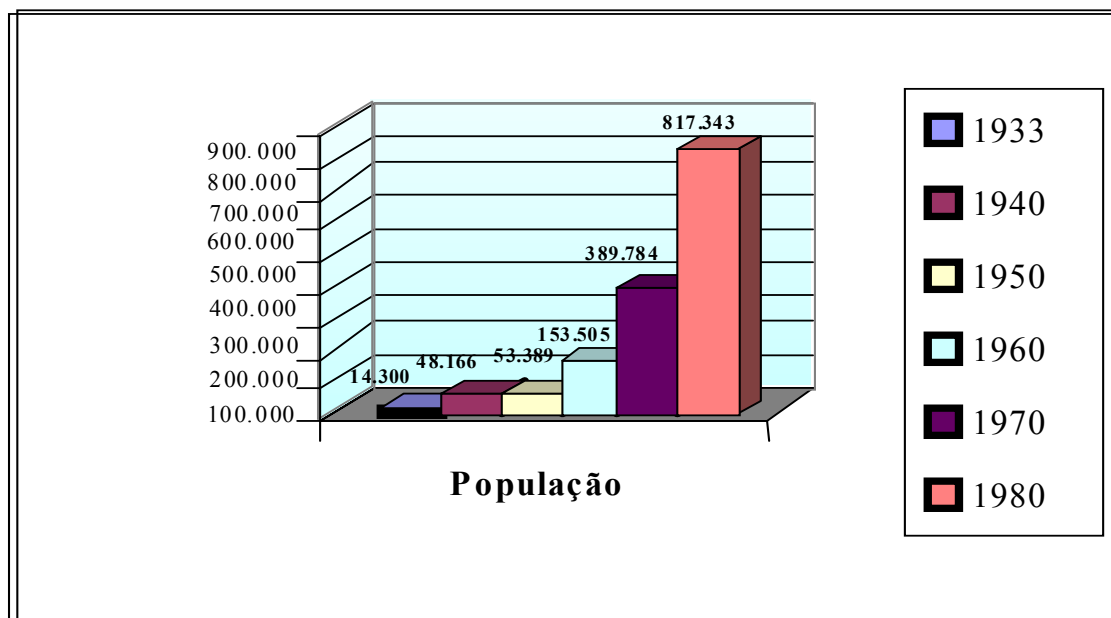
Souza não trabalhou uma periodização para o processo de urbanização da cidade. Para ele, em Goiânia existiu uma cidade planejada até 1950, sendo que depois desse período

os administradores e políticos de um modo geral, (se esqueceram) de gerenciar a cidade, conforme planejamentos e leis. Os locais de moradia passaram a se dispersar por áreas distantes, sem serviços públicos e benfeitorias urbanas. Os vazios demográficos de Goiânia, causados pela retenção de terrenos particulares sem utilização nas áreas urbanizadas, favoreceram os interesses especulativos, têm surtido em graves problemas a toda sociedade e excluído os migrantes provenientes do êxodo rural. Essa prática supervaloriza as áreas mais centrais, deixando-as acessíveis somente aos possuidores de rendas médias e altas (*id., ibid.*: 7).

Com os contornos de uma atividade econômica mais ou menos definidos em torno do capital imobiliário, as empresas desse setor, "*a partir de 40 e 50 (...) passaram a também fazer propagandas de lotes e bons tempos na cidade, principalmente o de se conseguir empregos, objetivando especular*" (*id., ibid.*: 81). A partir desse período, em função das novas diretrizes para as relações de trabalho no campo conformadas ao projeto de modernização conservadora, levas de migrantes expropriados do campo "atenderam" aos chamados dos especuladores imobiliários goianienses

⁵, causando em Goiânia um inchaço desproporcional a sua estrutura física e de trabalho. Os gráficos abaixo ajudarão a entender esse fenômeno:

Aumento populacional de Goiânia: 1933-1980



Fonte: Souza, 1996. P. 38.

Analisemos esses dados. Entre 1933 e 1940 o aumento da população de Goiânia não excedeu àquilo que era previsto no plano piloto original⁶ da cidade para as duas primeiras décadas. Esse foi justamente o período em que a estrutura administrativa da cidade estava sendo montada, demandando, naturalmente, um considerável volume de mão-de-obra para as variadas atividades em torno da construção. Vale lembrar que nesse período era o Estado o concessionário de lotes de assentamento na cidade. Na década seguinte (1940-1950), por causa do rígido controle do Estado sobre o assentamento urbano, garantido pelo decreto-lei nº 90-A de 30 de julho de 1938, a população cresceu muito pouco, até mesmo porque os esforços concentravam-se ainda na conclusão da construção dos espaços públicos necessários à nova capital. Daí o seu crescimento ter sido apenas na ordem de 11%. Entretanto, já no período

⁵ E não se pode esquecer, do próprio Estado que, através do Departamento de Terras, incentivava a vinda principalmente de mão-de-obra técnica especializada que garantisse a construção da cidade. Para tanto, o Estado até montou escritórios em São Paulo e Rio de Janeiro. Cf. Bernardes, 1998; Moraes, *op. cit.*

⁶ Sobre os planos, planejamentos e leis que regularam o desenvolvimento de Goiânia, ver: Moraes, *op. cit.*; Bernardes, *op. cit.* e Moysés, 2001.



entre 1950 e 1960, diante da nova realidade da economia política brasileira e seus efeitos sobre o cenário regional, da grande demanda por moradia e da mudança na lei que proibia a liberação de loteamentos, o número da população de Goiânia deu um grande salto, elevando-se quase duas vezes a sua quantidade, tendo aumentado de 53.389 pessoas para 153.505 pessoas, uma diferença a mais de 100.116 pessoas, num percentual de 187,5%. Isto causou um forte impacto na estrutura e na forma da cidade, dando início a uma nova fase no seu processo de formação e evidenciando as condições de segregação no assentamento da população de baixa renda.

A década de 1950 foi marcada pela procura de terras no Estado de Goiás por produtores rurais e por camponeses, atraídos pelas "facilidades" apresentadas pela política da Marcha para o Oeste. Para os primeiros o preço da terra era acessível e a sua propriedade guardava-lhe o caráter especulativo. Para os outros, a alternativa era o recebimento de lotes dos programas de colonização (dos quais se destaca a CANG - Colônia Agrícola Nacional de Goiás, iniciada em 1941, que a esse turno já tinha sua capacidade exaurida). Como estes não apresentavam o suporte técnico, financeiro e espacial para satisfazer toda a procura que se deu, grande parte dos camponeses que chegaram em Goiás em busca de terras "doadas"⁷ pelo Estado acabou transformando-se em posseiros, fixados principalmente às margens da estrada que ligava Goiás ao Maranhão, cortando o meio-norte goiano, pela facilidade de transporte na comercialização do excedente. Com o incentivo à apropriação privada da terra, o aumento do número de posseiros colocava em confronto capital e trabalho, proprietários e posseiros, grileiros e camponeses (Carneiro, 1988). À medida que a expulsão dos camponeses da terra gerava o êxodo rural, Goiânia se apontava a eles como alternativa de sobrevivência, o que era um "prato cheio" para *outros* proprietários fundiários: os da terra urbana.

O número percentual do incremento populacional em Goiânia na década de 1950 é justificado pela propaganda em torno da cidade, e por sua vez justifica a intensa mobilização sócio-política dos proprietários de terras e a conseqüente "farra" dos loteamentos por eles criada.

Para a década seguinte mudam-se as formas, mas a lógica permanece a mesma. Muda principalmente a forma política, uma vez que o crescimento e fortalecimento das organizações

⁷ Cabe lembrar que o assentamento rural proposto pelo Estado tinha um preço, não sendo a terra recebida de graça. Cf. Dayrell, 1974.

civis, particularmente as populares⁸, iniciado no final da década de 1950 e meados da década de 1960 levou as elites brasileiras a formarem um pacto conservador que culminou com o golpe de Estado que retirou o presidente eleito democraticamente, João Goulart, e instituiu uma ditadura militar. Por ela, os interesses da elite brasileira se cumpriram, a partir da elaboração de uma política econômica que favorecia o monopólio e a concentração. Com a concentração de poderes nas mãos dos militares, as decisões regionais e locais se articularam às nacionais, principalmente pelo controle sobre os recursos financeiros. Os principais favorecidos com essa forma política foram os detentores do capital financeiro, pelo incentivo econômico dado ao projeto de modernização, e os grandes proprietários rurais, pelas facilidades de crédito recebidas para uma produção exportadora.

Assim, o fortalecimento da estrutura fundiária reforça o êxodo rural e Goiânia continuou a receber um grande número de migrantes, aumentando sua população na década de 1960 em 153,9%. Como neste período o setor financeiro dominou o parcelamento do solo e a formação do espaço na cidade, o caráter segregacional foi mais forte, pois os novos chegantes não dispunham de condições para se apropriarem das habitações construídas pela indústria da construção civil e negociadas sob a diretriz do sistema financeiro. Neste sentido, as favelas em Goiânia começaram a assumir forma e conteúdo, principalmente a partir da segunda metade da década de 1970, quando a população da cidade cresceu mais 109,7%. Este crescimento validou o projeto mercantilista de expansão da cidade rumo à região Sul (cf. discussão estabelecida por Moraes, *op. cit.*), mas também dimensionou a sua ocupação para outros sentidos, dentre eles, à região Noroeste.

Com a intenção de fazer uma análise crítica das fases e dos planejamentos de utilização do solo de Goiânia, Moysés (2001) propôs um novo recorte temporal baseado em três momentos. Este autor buscou considerar o Estado dentro de uma perspectiva mais autônoma, entendendo seu papel e sua intenção de regulação no processo de formação do espaço urbano, não o identificando aprioristicamente aos mandos e desmandos de uma determinada classe. Para ele, ao planejar a forma/ação da cidade, o Estado baseia-se em paradigmas urbanísticos visando a superação dos problemas e a “harmonização” da experiência urbana. Contudo, os modelos que serviram à elaboração dos planejamentos de Goiânia resguardaram um caráter

⁸ Em Goiás se destaca a Revolta Camponesa de Formoso e Trombas, que surgiu como uma resposta à violência praticada pelos proprietários contra os posseiros na região do meio-norte goiano, a fim de expulsá-los de lá. Convencidos de ficar após elementos do se PCB infiltrarem no seu meio, iniciaram um processo de organização e resistência por volta de 1951, arrastando o confronto até 1964, quando a ditadura militar reprimiu violentamente o movimento (Carneiro, *op. cit.*).



excludente, por não tratar adequadamente as diferenças urbanas. Como esses planejamentos visaram resolver os problemas adequando a cidade à melhor condição de exploração capitalista, o autor entendeu que

Goiânia é produto de intenções que, apesar das idéias positivas de seus urbanistas e idealizadores, perderam-se diante da voracidade do capital. Este faz avançar a urbanização sobre os espaços disponíveis e não disponíveis e não escolhe formas para apropriar-se deles, pois sua lógica exige a transformação do solo urbano em *espaços de acumulação*. Goiânia, como fronteira, insere-se nessa lógica (*id., ibid.: 9*).

A tese de Moysés se constrói sob a perspectiva de que a cidade pode ser um espaço de integração e de desenvolvimento social, a partir de uma participação popular ativa no processo de decisão da cidade, baseada no estabelecimento de uma gestão democrática. O olhar deste autor, assim como o de Souza, se volta para a região Noroeste de Goiânia, onde ele identifica a população mais carente e o espaço mais *desurbanizado* da cidade. Sobre esta região, Moysés diz o seguinte:

Trata-se de uma região não adequada para parcelamento urbano e, mesmo contra a legislação vigente, o Governo estadual, com a conivência dos respectivos prefeitos, promoveu a sua ocupação. Era um espaço predominantemente rural, aprazível, com vasta reserva natural de matas e uma bacia hidrográfica que assegurava o abastecimento de água à cidade. Os governos estaduais a transformam numa grande favela (*id., ibid.: 9*).

As condições sócio-territoriais dessa região fundamentam a caracterização que o autor faz do terceiro período de sua temporalização da cidade. O primeiro, como no entendimento de todos os outros, estende-se de 1933 a 1950, que o autor denomina como sendo de afirmação do *plano original*, sendo que sua característica básica foi constituir-se dos “*sonhos*” de seus idealizadores. Neste sentido, destaca o pensamento e a ação-intervenção de Pedro Ludovico Teixeira, Atilio Correa Lima e Armando de Godói. O segundo período vai de 1951 a 1979, denominado pelo autor “*do sonho ao pesadelo*”. Neste, a urbanização da cidade apesar de assegurada por legislação mais ou menos condizente e submetida continuamente a planejamento, iniciou caminhada ao caos. Duas fases compõem o período: a primeira decorreu de 1951 até final dos anos 50, marcada pelo abandono do plano original da cidade e pela perda de controle do poder público sobre a condução dos rumos da cidade. A segunda foi de 1960 até



o final da década de 1970, entretanto em que se iniciou um novo processo de urbanização em Goiânia, marcado pela contradição entre o planejamento e o descontrole do Estado, ou seja, mesmo a ocupação do solo da cidade estando submetida a uma rígida legislação, o elevado número de sua população e, particularmente, dos estratos sociais mais carentes, forçavam uma ocupação ilegal da qual o Estado não pôde controlar.

Por último, Moysés delimitou o período entre 1980 a 1992, considerado por ele a fase da “*urbanização às avessas*”, tomada pelo reflexo da fase anterior que levou a cidade, a partir de seus habitantes mais empobrecidos, à visibilidade das contradições sociais na formação das imensas favelas, notadamente na região Noroeste. Do período inicial do processo ao período de elaboração dessa tese, duas fazendas nesta região e fora da zona urbana de Goiânia serviram de locus de habitação promovido ou por invasões ou por assentamentos estatais: a Fazenda Caveirinha e a Fazenda São Domingos. Naturalmente, por todas as condições desse espaço, tido como área de preservação ambiental, cortado por floresta e mantenedor de uma farta bacia hidrográfica (a do Rio Meia-Ponte) que abastece a cidade, ao mesmo tempo que longe dos serviços públicos e da infra-estrutura urbanas básicas, o que se esperava dos governos estaduais e municipais era a recondução da população aí instalada para lugares mais adequados à situação de urbanidade. Porém, o que se viu foi a promoção pelo Estado do devastamento ambiental do lugar e, conseqüentemente, o reforço da situação de segregação e exclusão de seus moradores. Por isso Moysés entende que o caminho percorrido pelo planejamento em Goiânia foi *(des)urbanizador*. Para ele, esse título

é propositadamente paradoxal, já que o planejamento urbano, em tese, tem como função organizar os espaços da cidade visando orientar o seu crescimento de forma racional. (...) primeiro, o planejamento, qualquer que seja o seu espaço de atuação, sempre estará condicionado às exigências do processo de acumulação capitalista. Vale lembrar que o planejamento não existe em função de si mesmo e muito menos das propostas formuladas pelos técnicos, mas para atender fundamentalmente os interesses hegemônicos; (...) O paradoxo (...) está no fato de que os territórios segregados sobre os quais vamos refletir foram produzidos de forma deliberada e pensada pelo governo estadual. Como conseqüência, segregou-se sócio-espacialmente um contingente elevado de pessoas, durante as duas últimas décadas, em condições extremamente precárias. Isto leva-me a pensar que o planejamento urbano voltado para atender as demandas das populações pobres e assentadas, sobretudo na Região Noroeste de



Goiânia, reveste-se desse caráter paradoxal, ou seja, planeja-se a ocupação de espaços às avessas do recomendado pelo bom senso (*id., ibid.*: 177).

3. Breve avaliação sociológica

Nesta leitura, entendo que o processo de formação da cidade é contínuo, não sendo possível concebê-la de forma acabada. Isto porque a cidade exprime o conjunto das contradições advindas das relações sociais de produção, sendo fruto, portanto, da **dialética** que imprime no contexto da cidade formas distintas de paisagem de acordo com a realidade histórica, ou melhor, com a conjuntura destas relações sociais de produção. Goiânia, seguindo esta tendência, apresentou a cada mudança conjuntural uma nova forma e estrutura.

O elemento que condiciona as relações contraditórias na sociedade urbana é o sistema capitalista, que institui valores a serem perseguidos diferentemente pelos grupos sociais no processo de produção, de acordo com os recursos de que dispõem e mobilizam, a fim de satisfazerem suas necessidades de *re*-produção material (de coisas e da própria vida) e intelectual. Como a produção é o elemento incondicional para a realização da vida humana, a sua dinâmica vai apresentando historicamente as *formações* sociais refletidas na cidade (forma e conteúdo), que variam de acordo com a manipulação dos recursos feita pelos grupos sociais para a satisfação de suas necessidades coletivas.

Esta dinâmica faz com que os grupos, na sua afirmação sócio-espacial, entrem em conflito, apesar de que esse conflito se desenvolve “disfarçado” pelos mecanismos ideológicos que procuram dar conta de uma cidade “harmônica” (cf. Lopes, 1999). Neste sentido, **planejar** uma cidade consiste em dispor organicamente os elementos sociais e materiais (objetos, fábricas, máquinas, mercadorias) à produção capitalista, numa relação de produção mediada pelo processo de urbanização controlado. Sobre isso Lopes comentou que o modelo “*urban-izador*” do planejamento de Goiânia, ao representar “*a materialidade tátil e simbólica da modernidade fincada no cerrado*”, desenvolveu-se como uma tendência normatizante do espaço urbano, encarnada em formas ideológicas, gerando um caráter excludente exposto explicitamente na década de 1970, num momento histórico configurado pelos “detritos sociais do urbano”, ou seja, tudo aquilo que os planejadores da cidade não queriam para ela (ocupação desordenada, invasões, inchaço populacional, miséria, conflito de classes etc) e que, no entanto, a dominaram. Assim, Goiânia desenvolveu-se como um espaço de memórias e projetos, desejos e decepções,

descontinuidades e continuidades, colocando em funcionamento um território de trocas, vozes e conflitos sociais (*id., ibid.*: 6).

Refletindo essa situação a partir da dinâmica do planejamento, Bernardes afirmou que

O argumento de que toda e qualquer cidade, independente do “concebido” e do “vivido” (Lefebvre: 1983), só existe de fato como processo e não como estabelecimento, que se instala em caráter definitivo, processo entendido como possibilidades de permanentes transformações nos conteúdos e imagens urbanas, é procedente para explicar os novos rumos assumidos pela cidade planejada. Estamos nos referindo às contradições inerentes ao plano da cidade, geradas, já na sua elaboração (Bernardes, *op. cit.*: 193).

A intenção da autora é chamar a atenção para o fato de que, ao realizar o planejamento, os idealizadores do espaço urbano de Goiânia acabaram não incorporando as diferenças de classes sociais como diferenças de fundamento antagônico. Esta tendência levou a que esta cidade se desenvolvesse **afirmando** gradativa e historicamente as desigualdades sociais. Sendo assim, Bernardes continua:

O processo de exclusão, ou de segregação espacial a que são submetidas parcelas de moradores de uma cidade, está relacionado ao contexto sócio-econômico e histórico da sociedade. Nesse sentido, as cidades planejadas se equiparam às de crescimento espontâneo, instituindo uma espécie de universalização de problemas urbanos (*id., ibid.*: 194).

Esse curso de formação do espaço urbano de Goiânia reflete a situação de uma “*cidade fetiche*”, em que seu planejamento reflete um espaço-tempo enquanto artefato cultural capitalista (Lopes, *op. cit.*). O momento de universalização dos problemas urbanos tende a circunstanciar o rompimento com a idéia de cidade harmônica pela introdução de uma nova realidade urbana: a da cidade polifônica, em que novos sujeitos entram em cena reivindicando seu espaço social. Em Goiânia, ela emerge na segunda metade da década de 1970.